

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo Saraiva, que celebrou seu centenário em 2014, produz conteúdo para educação básica, ensino técnico e ensino superior, em especial para a área do Direito e soluções educacionais, que incorporam aprendizagem adaptativa, biblioteca digital por assinatura, plataformas de jogos, fornecendo também conteúdo diferenciado para o ensino à distância.

O Grupo Saraiva participa do segmento editorial de livros e conteúdo digital por meio da Saraiva S.A. Livresiros Editores (“Editora”), da Editora Érica Ltda. (“Érica”), da Editora Joaquim Ltda. (“Joaquim”), da Editora Pigmento Ltda. (“Pigmento”), da Editora Todas as Letras Ltda. (“Todas as Letras”) e da Minha Biblioteca Ltda. (“Minha Biblioteca”); e do segmento varejista de produtos e serviços ligados a cultura, lazer e informação, por meio da Saraiva e Siciliano S.A. (“Varejo”). A estrutura societária do Grupo tem a Editora como controladora, o Varejo e as editoras Érica, Joaquim, Pigmento e Todas as Letras como controladas e a Minha Biblioteca como controlada em conjunto. A participação direta no Varejo corresponde a 99,98% das ações ordinárias e nas editoras Érica, Joaquim, Pigmento e Todas as Letras, a 99% das quotas de cada empresa. O controle compartilhado na Minha Biblioteca corresponde a uma participação de 25%. A Editora tem como acionista controlador o Sr. Jorge Eduardo Saraiva.

A Editora, fundada em 1914, é sociedade anônima brasileira de capital aberto com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa.

As atividades principais da Editora estão relacionadas: (a) à edição de livros para os níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio, paradidáticos, jurídicos e de economia e administração; (b) à formatação de conteúdo digital; (c) ao desenvolvimento de conteúdo editorial didático para o Ético Sistema de Ensino (“Ético”) destinado a escolas particulares e Agora Sistema de Ensino, focado na rede pública; e d) soluções educacionais estruturadas com conteúdo, tecnologia e serviços para educação básica e superior. As operações da Editora são bastante sazonais, concentrando parte substancial das vendas no primeiro e último trimestres do ano, determinadas por dois fatores: (a) período de “volta às aulas” no primeiro trimestre; e (b) venda de livros didáticos para o governo no quarto trimestre.

A Érica, empresa adquirida em 6 de junho de 2013 é sociedade de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante na edição de conteúdo direcionado ao segmento de ensino técnico profissionalizante nas áreas de administração, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, informática, internet, redes, telecomunicações e saúde.

As editoras Joaquim, Pigmento e Todas as Letras são sociedades de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo foram constituídas em

janeiro de 2014 com atividade preponderante na edição de conteúdo técnico, didático, científico, infantis e coleções de livros em geral.

A Minha Biblioteca é sociedade de responsabilidade limitada de controle compartilhado pela Editora, Grupo A, Atlas S.A. e Grupo Editorial Nacional Participações S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante na edição, distribuição e comercialização de livros digitais (“e-books”) e outros conteúdos, no mercado de atacado e varejo, no território nacional e internacional.

O Varejo é sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante no varejo de livros, periódicos, filmes, música, artigos de papelaria, multimídia, informática, produtos eletroeletrônicos e conteúdo digital; e-reader e com amplo portfólio de serviços voltado ao enriquecimento da experiência de compra. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede multiformato com modelos adaptados para cada mercado composta por 116 lojas, sendo 57 do tipo “Mega Store”, 3 em formato para aeroporto, inauguradas em setembro de 2013; abril e junho de 2014, 7 no formato “iTown”, 19 “Novas Tradicionais” e 30 tradicionais.

2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADA

Combinação de negócios

Em 6 de junho de 2013, data de fechamento, foi adquirida a totalidade das quotas da Érica e o controle da empresa, nos termos do contrato de Cessão e Aquisição de Quotas e outras Avenças, celebrado em 29 de maio de 2013. O pagamento foi realizado em três parcelas, sendo a primeira na data de fechamento; a segunda em 6 de dezembro de 2013 e a terceira e última em 6 de junho de 2014. Do valor devido relativo a terceira parcela foi retido o montante de R\$1.654, atualizado pela variação do CDI entre a data de fechamento e a data de pagamento, para assegurar o cumprimento de qualquer obrigação de indenização pelos vendedores. O valor retido será liberado ao final do prazo de seis anos contados da data de fechamento. Em 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado corresponde ao montante de R\$1.746.

A Érica é uma empresa com atividade preponderante no desenvolvimento de conteúdo para o ensino técnico e profissionalizante. A combinação de negócios permitiu à Editora ingressar no mercado de livros técnicos e agregar valor às soluções educacionais oferecidas.

Ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa	1.986
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.349
Estoques	2.354
Imobilizado	439
Intangíveis	13.622
Fornecedores e outras contas a pagar	(3.074)
	<u>17.676</u>
Impostos diferidos sobre o valor justo dos ativos líquidos	<u>(5.148)</u>
Total líquido dos ativos identificáveis	<u><u>12.528</u></u>

A avaliação apresentada dos ativos intangíveis Marca, Acervo Editorial e Acordo de Não Competição foi concluída no trimestre findo em 30 de setembro de 2013 por empresa especializada de acordo com normas e critérios estabelecidos no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. A contabilização da aquisição foi revista com base nos laudos definitivos.

A receita operacional líquida apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas da Editora encerradas em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$2.143.751, inclui a receita operacional líquida da Érica de R\$9.355 para o período entre a data de aquisição e 31 de dezembro de 2013. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2013, a receita operacional líquida consolidada da Editora estimada pela Administração corresponderia a R\$2.151.030 e o lucro líquido consolidado ao montante de R\$16.920.

Ágio

O ágio por expectativa por rentabilidade futura (goodwill) reconhecido está diretamente associado à capacidade técnica e know how dos profissionais, força de trabalho, e a geração de sinergias com economia de escala, originárias da combinação das operações da Érica com as boas práticas de gestão e eficiência operacional da Editora.

O ágio reconhecido como resultante da aquisição foi identificado como segue:

Valor total da contraprestação transferida	29.109
Valor justo dos ativos identificados adquiridos	
líquidos dos passivos assumidos	<u>(12.528)</u>
Valor do ágio reconhecido	<u>16.581</u>

Nas demonstrações contábeis individuais da Editora, o ágio acima demonstrado está incluído no valor contábil do investimento, enquanto que nas demonstrações contábeis consolidadas está registrado no ativo intangível, e sua amortização não é permitida.

Os custos incorridos pela Editora na aquisição relacionados a honorários profissionais com advogados, consultores e due diligence, no montante aproximado de R\$434, foram registrados como despesas administrativas na demonstração de resultados do exercício 2013.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis compreendem

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
- As demonstrações contábeis individuais da Editora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A revisão do Pronunciamentos Técnico nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC35, CPC37 e o CPC18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2015 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2014.

3.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

3.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

3.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 6
- b) Provisão para perdas com estoques – nota explicativa nº 7
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 9
- d) Redução dos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 12
- e) Redução ao valor de recuperação do ágio – nota explicativa nº 13
- f) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 15
- g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 19
- h) Valor justo dos instrumentos financeiros – nota explicativa nº 28

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas a seguir são adotadas pela Editora, suas controladas e controlada em conjunto e foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

Combinações de negócios – CPC 15 (R1)

Combinações de negócios são registradas por meio do método de aquisição, que exige a) a identificação do adquirente; b) a determinação da data de aquisição, assim entendida como sendo a data em que o controle é obtido; c) o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das participações societárias de não controladores na adquirida; e d) o reconhecimento e mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

O ágio é mensurado na data de aquisição e corresponde a diferença entre: a) o valor da contraprestação transferida; e b) do valor líquido dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos, mensurados pelo valor justo.

Os custos diretamente relacionados à aquisição são registrados no resultado como despesa quando incorridos.

O passivo fiscal diferido calculado sobre os ativos identificáveis líquidos dos passivos assumidos na aquisição afeta o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

Investimentos em controladas

A Editora controla as políticas financeiras e operacionais do Varejo e das editoras Érica, Joaquim, Pigmento e Todas as Letras para auferir benefícios de suas atividades. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Editora, do Varejo e das editoras Érica, Joaquim, Pigmento e Todas as Letras, encerradas na mesma data-base.

Nas demonstrações contábeis individuais da Editora, as demonstrações contábeis do Varejo e das editoras Érica, Joaquim, Pigmento e Todas as Letras são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis relacionadas ao Varejo e as editoras Érica, Joaquim, Pigmento e Todas as Letras são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Editora.

Empresa controlada em conjunto

As demonstrações contábeis da Minha Biblioteca são reconhecidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Editora pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis relacionadas à Minha Biblioteca são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Editora.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Editora e as empresas controladas são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o

investimento na proporção da participação da Editora nas empresas investidas. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receitas operacionais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias e aos produtos vendidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir, bem como o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e por expiração do direito de uso dos pontos.

c) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

d) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data em que são assinados os contratos.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Editora e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, documentadas pela Editora e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para vendas.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data em que são assumidas as disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta a mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. São consideradas nessa categoria as operações de “swap” para os empréstimos em moeda estrangeira.

e) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

f) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou do processo de edição de livros e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior. No caso do Varejo é constituída provisão para perdas de itens sem movimentação, ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

Periodicamente a Administração da Editora realiza análise do estoque e, quando identificados livros deteriorados ou edições descontinuadas pelo mercado, o valor correspondente ao custo dos livros é reconhecido diretamente no resultado.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Editora e o investimento na controlada em conjunto é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O lucro não realizado decorrente das operações de venda de produtos com o Varejo é eliminado no cálculo de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações contábeis individuais da Editora, o ágio reconhecido como resultante da aquisição da Érica é apresentado no valor contábil do investimento.

h) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear à taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (nota explicativa nº 12). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Editora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (nota explicativa nº 12).

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada.

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos e amortizados linearmente pelo prazo de locação, se não possuírem valor residual.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ágio

O ágio apurado na aquisição de empresas representa o excesso do valor pago na aquisição em relação à participação no valor justo dos ativos identificáveis e passivos assumidos das

empresas adquiridas reconhecidos na data da aquisição. O ágio, inicialmente reconhecido pelo valor justo é, subsequentemente, avaliado pelo seu valor de recuperação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi aplicado o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios para o registro da operação de aquisição da totalidade das quotas da Érica (Nota explicativa nº 2).

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresas adquiridas entre 2003 e 2008 e foi amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

j) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Editora e as empresas controladas em condições que a Editora e as empresas controladas não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Editora e as empresas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Editora e as empresas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Editora e as empresas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Editora e das empresas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício de relatório pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados a operações de “swap”, registradas pelo regime de competência a valor justo. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

l) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

m) Direitos autorais

Calculados e registrados como despesas operacionais no momento da realização das vendas e, em alguns casos, como custo da produção, no momento da edição.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e também a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Editora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 19.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- Arrendamentos operacionais

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- Arrendamentos financeiros

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, como segue:

Editora e Varejo: as provisões para o IRPJ e CSLL são calculadas de acordo com as alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis.

Érica: as provisões para IRPJ e CSLL são calculadas de acordo com as alíquotas vigentes sobre o lucro presumido, apurado trimestralmente por meio da soma do valor resultante da aplicação dos percentuais de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita bruta de vendas deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais, e das demais receitas incluídas no conceito de receita bruta definido na legislação do imposto de renda.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias do Varejo, e sobre diferenças temporárias da Editora. Não há ativos fiscais diferidos para a Érica em virtude da opção pela tributação do IRPJ e da CSLL com base no lucro presumido. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis

futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) Receita diferida – programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

O valor justo é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao crédito e ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de expiração do direito de utilização dos pontos pelos clientes. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 1º de abril de 2011 a cada 1.000 pontos o cliente tem o direito a R\$ 15,00 de desconto em compras futuras de qualquer produto em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo.

r) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Editora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 20 e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada programa é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Editora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Editora. Por outro lado, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 27.

v) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente os juros ativos e passivos oriundos, respectivamente, de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Esses juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

w) Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação.

x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A DVA apresentada pela Editora tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) Novas normas e interpretações não adotadas

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 exige o reconhecimento do montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando for adotada. A norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Administração da Editora está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

A Administração da Editora e suas controladas avaliará o método de transição mais adequado e os respectivos efeitos para as demonstrações contábeis quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo CPC.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as IFRS 9 e IFRS 15.

z) *Determinação do valor justo*

O valor justo é apurado e divulgado para ativos e passivos financeiros e não-financeiros, conforme o caso e quando aplicável, de acordo com os CPC 28, CPC 39 e CPC 40. O valor justo dos ativos e passivos financeiros está apresentado nas Notas explicativas números 20.e) e 28.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Caixa e bancos - conta movimento	81.404	174	99.002	11.480
Aplicações financeiras (*)	<u>88.057</u>	<u>6.757</u>	<u>176.017</u>	<u>11.606</u>
	<u><u>169.461</u></u>	<u><u>6.931</u></u>	<u><u>275.019</u></u>	<u><u>23.086</u></u>

(*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam entre 75% a 100,40% (100% em 31 de dezembro de 2013) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Duplicatas a receber	113.823	113.133	123.780	120.142
Duplicatas a receber - Varejo	24.450	7.975	-	-
Cartões de crédito	132	97	303.446	138.772
Cheques a receber	<u>2.031</u>	<u>3.017</u>	<u>2.033</u>	<u>3.105</u>
	140.436	124.222	429.259	262.019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(5.064)</u>	<u>(3.464)</u>	<u>(7.657)</u>	<u>(5.112)</u>
	<u>135.372</u>	<u>120.758</u>	<u>421.602</u>	<u>256.907</u>

O período médio de recebimento das vendas de produtos realizadas pela Editora (“duplicatas a receber”) é de 77 dias, do Varejo é de 55 dias e da Érica de 56 dias (Editora 80 dias, Varejo 54 dias e Érica 50 dias em 31 de dezembro de 2013).

Nenhum cliente representa mais de 10% do saldo total de contas a receber da Editora e as contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes operadoras: Cielo, Redecard, American Express e Banco do Brasil.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada exercício é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

a) Saldos por vencimento

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
A vencer	126.768	117.787	406.256	252.301
Vencidos:				
Até 60 dias	3.968	3.545	10.122	5.222
De 61 a 90 dias	1.647	622	1.975	1.484
De 91 a 180 dias	2.461	1.064	2.922	1.708
Acima de 180 dias	<u>5.592</u>	<u>1.204</u>	<u>7.984</u>	<u>1.304</u>
	<u>140.436</u>	<u>124.222</u>	<u>429.259</u>	<u>262.019</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estimada com base na probabilidade de recebimento, de acordo com o histórico de inadimplência. Os créditos vencidos há mais de 180 dias, considerados irre recuperáveis, são mantidos em conta de provisão até o final do exercício em que são identificados e baixados das contas a receber de clientes no exercício seguinte.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Saldos no início do exercício	(3.464)	(3.110)	(5.112)	(5.346)
Baixa dos créditos				
considerados irrecuperáveis	2.690	2.311	4.069	4.225
Créditos considerados				
irrecuperáveis no exercício	(4.078)	(2.690)	(6.203)	(4.069)
Reversão de provisão de				
exercício anterior	774	799	945	1.121
Provisão do exercício	<u>(986)</u>	<u>(774)</u>	<u>(1.356)</u>	<u>(1.043)</u>
Saldos no fim do exercício	<u><u>(5.064)</u></u>	<u><u>(3.464)</u></u>	<u><u>(7.657)</u></u>	<u><u>(5.112)</u></u>

O valor registrado ao resultado é como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Créditos considerados irrecuperáveis				
no exercício	(4.078)	(2.690)	(6.203)	(4.069)
Provisão do período líquida da reversão				
de provisão de exercício anterior	(212)	25	(411)	78
Recuperação de créditos considerados				
irrecuperáveis	<u>372</u>	<u>375</u>	<u>376</u>	<u>(861)</u>
	<u><u>(3.918)</u></u>	<u><u>(2.290)</u></u>	<u><u>(6.238)</u></u>	<u><u>(4.852)</u></u>

7. ESTOQUES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Mercadorias para revenda	64	840	405.712	348.693
Licenças de uso	738	744	738	744
Produtos acabados	95.506	94.774	99.030	95.980
Produtos em elaboração	48.087	50.996	48.087	50.996
Matérias-primas	15.419	14.431	15.419	14.431
Materiais de embalagem e consumo	<u>1.327</u>	<u>1.367</u>	<u>2.270</u>	<u>3.714</u>
	161.141	163.152	571.256	514.558
Lucro não realizado nos estoques (venda da Editora para o Varejo)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14.302)</u>	<u>(11.333)</u>
	<u>161.141</u>	<u>163.152</u>	<u>556.954</u>	<u>503.225</u>

Provisão para perdas com estoques

A provisão para perdas está relacionada à obsolescência dos estoques. No caso do Varejo, o valor levado ao resultado corresponde a provisão para os estoques sem movimentação, ou sem condição de venda, por deterioração ou obsolescência. No caso da Editora, o valor levado ao resultado corresponde ao custo dos livros deteriorados ou das edições descontinuadas pelo mercado.

A rubrica mercadoria para revenda do Varejo está líquida de provisão para obsolescência e provisão para perda com estoque danificado no montante de R\$12.482 (R\$17.149 em 31 de dezembro de 2013).

O custo dos estoques reconhecido no resultado apresenta a seguinte composição:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	167.531	161.474	1.328.573	1.225.969
Despesas operacionais	<u>7.617</u>	<u>9.470</u>	<u>8.577</u>	<u>10.035</u>
	<u>175.148</u>	<u>170.944</u>	<u>1.337.150</u>	<u>1.236.004</u>

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	11.383	12.487	95.287	77.189
Programa de Integração Social - PIS (ii)	1.777	2.398	21.345	17.797
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.808	558	14.354	5.359
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL	3.964	2.350	7.844	5.123
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.075	2.209	3.255	4.582
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	105	-	48.879	66.081
Contribuição Previdenciária - INSS	497	4.475	1.044	9.587
Outros	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>86</u>	<u>3</u>
	<u>21.659</u>	<u>24.477</u>	<u>192.094</u>	<u>185.721</u>
Ativo circulante	21.659	24.477	154.615	140.196
Ativo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37.479</u>	<u>45.525</u>
	<u>21.659</u>	<u>24.477</u>	<u>192.094</u>	<u>185.721</u>

(i) inclui o valor de R\$48.774 (R\$66.081 em 31 de dezembro de 2013), correspondente ao ICMS das operações do Varejo, demonstrado como segue:

a) R\$18.374 (R\$33.371 em 31 de dezembro de 2013) – ICMS retido por substituição tributária – ICMS ST em operações de abastecimento realizadas a partir do Centro de Distribuição – CD localizado no Estado de São Paulo para os estabelecimentos localizados em outras unidades da Federação no período de abril de 2008 a junho de 2012, objeto de ressarcimento instruído em 2013, nos termos do Decreto nº57.608/2011 e do Regime Especial deferido em 2013 para simplificação das informações e obrigações acessórias. O valor compensado no exercício com o ICMS ST devido nas operações de abastecimento no Estado de São Paulo foi de R\$14.997 (R\$9.936 em 31 de dezembro de 2013);

b) R\$15.885 (R\$10.774 em 31 de dezembro de 2013) – ICMS correspondente ao saldo entre débitos e créditos, apurados mensalmente pelas apurações normais dos estabelecimentos do Varejo;

c) R\$14.515 (R\$21.936 em 31 de dezembro de 2013) – outros créditos de ICMS ST, substancialmente, relacionados às operações de abastecimento do Varejo.

(ii) Corresponde aos créditos das contribuições PIS/Cofins, originários das operações da Editora e do Varejo, como segue:

a) R\$116.622 (R\$94.618 em 31 de dezembro de 2013) – montante dos créditos apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos

da legislação vigente, entre o período de 2012 e 2014, não compensado até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições;

- b) R\$10 (R\$168 em 31 de dezembro de 2013) – valor retido nas operações de venda da Editora para órgãos da administração pública.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	56.096	26.404
Provisões para riscos e impostos e contribuições a recolher	600	651	6.064	5.685
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	37	23	7.715	2.526
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	1.171	1.324
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	4.244	5.831
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	335	263	417	277
Perda não realizada em operação de "swap"	183	129	183	129
Provisão participação nos resultados e gratificações	1.000	2.238	1.879	3.483
Provisão para premiação sobre vendas	1.250	760	1.250	760
Provisão para perda de valor recuperável	-	-	3.388	4.122
Outras provisões	386	464	1.220	1.878
	<u>3.791</u>	<u>4.528</u>	<u>83.627</u>	<u>52.419</u>
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros (*)	10.831	10.836	28.682	23.716
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	4.963	4.963	31.526	31.526
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	-	12.643	2.906
Valor justo - operação de câmbio	-	-	93	-
Impostos diferidos - combinação de negócios	-	-	4.012	4.447
Outros	3	3	3	3
	<u>21.607</u>	<u>21.612</u>	<u>82.769</u>	<u>68.408</u>
	<u>(17.816)</u>	<u>(17.084)</u>	<u>858</u>	<u>(15.989)</u>
Ativo não circulante	-	-	22.686	5.541
Passivo não circulante	<u>(17.816)</u>	<u>(17.084)</u>	<u>(21.828)</u>	<u>(21.530)</u>
	<u>(17.816)</u>	<u>(17.084)</u>	<u>858</u>	<u>(15.989)</u>

(*) A Editora e o Varejo, com base na opinião de seus advogados externos, consideram o incentivo fiscal instituído pela Lei nº 10.753/03, com redação alterada pela Lei nº 10.833/03, relacionado à dedutibilidade da provisão para perdas nos estoques de livros, como um ajuste direto na base fiscal, reconhecendo-se os respectivos IRPJ e CSLL diferidos passivos.

A Administração considera o valor contábil dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Editora, realizáveis no exercício em caso de solução final das ações judiciais impetradas e realização das demais diferenças temporárias. Em relação aos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias do Varejo, a Administração considera sua realização com base nos lucros tributáveis futuros.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	14.762	17.030	(2.220)	10.249
(-) Parcela tributada pelo lucro presumido	-	-	6.422	3.334
Base de cálculo tributada pelo lucro real	14.762	17.030	(8.642)	6.915
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(5.019)	(5.790)	2.938	(2.351)
Imposto de renda e contribuição social pelo lucro presumido	-	-	(604)	(288)
	(5.019)	(5.790)	2.334	(2.639)
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(806)	(818)	(2.039)	(2.194)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(11.859)	(5.924)	5	1
Efeito dos juros sobre o capital próprio	8.044	8.339	8.044	8.339
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	-	-	(1.009)	(921)
Outros itens	632	186	632	186
	(9.008)	(4.007)	7.967	2.772
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Correntes	(8.276)	(5.301)	(8.880)	(5.568)
Diferidos	(732)	1.294	16.847	8.340
	(9.008)	(4.007)	7.967	2.772
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido	61.02%	23.53%	-	27.05%

c) Adoção inicial dos efeitos produzidos pela Lei 12.973/2014

A Editora e o Varejo formalizaram sua opção para que as alterações promovidas pela Lei 12.973/2014 para apuração dos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS produzissem efeito somente a partir de 1 de janeiro de 2015, mantendo a neutralidade tributária instituída pela Lei 11.941/2009 para tais tributos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

10. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos

As partes relacionadas com as quais a Editora mantém transações são:

- Varejo - empresa controlada
- Editoras Pigmento, Todas as Letras e Joaquim – empresas controladas
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, doações e empréstimos de mútuo e subscrição de capital.

As transações comerciais de venda de livros da Editora para o Varejo são realizadas com base nos preços de capa dos livros e descontos normais concedidos para livreiros, acrescidos de descontos por volume de compra. A liquidação das contas a receber ocorre com a transferência de recursos financeiros do Varejo para a Editora nos prazos concedidos em cada pedido de compra.

Em janeiro de 2014 a Editora subscreveu 99% das quotas do capital das Editoras Pigmento, Todas as Letras e Joaquim, em montante equivalente a R\$30.

As transações comerciais entre o Varejo e a Érica foram eliminadas no processo de consolidação.

Os empréstimos obtidos e/ou concedidos para o Varejo possuem prazo de vencimento indeterminado e juros equivalentes a 110% da variação do CDI.

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram realizadas doações no montante de R\$759 (R\$802 em 31 de dezembro de 2013).

A movimentação dos empréstimos concedidos ao Varejo é como segue:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Saldos no início do exercício	-	19.693
Empréstimos concedidos		
liquidos dos recebimentos	(121)	(20.038)
Receitas financeiras	<u>121</u>	<u>345</u>
Saldos no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

A movimentação dos empréstimos obtidos com o Varejo é como segue:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Saldos no início do exercício	22.143	-
Empréstimos obtidos	67.715	93.980
Pagamentos efetuados	(90.850)	(73.710)
Despesas financeiras	992	1.873
Saldos no fim do exercício	<u>-</u>	<u>22.143</u>

Os saldos e transações com as empresas controladas são como segue:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Saldos:		
Ativo:		
Contas a receber (circulante) - nota explicativa nº 6	24.450	7.975
Passivo:		
Fornecedores (circulante) - nota explicativa nº 16	7	160
Empréstimos obtidos - contrato de mútuo (circulante)	-	22.143

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Transações:		
Vendas de produtos	71.541	55.518
Compras de mercadorias	307	709
Receitas financeiras	121	345
Despesas financeiras	992	1.873

b) Remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Pró-labore do conselho de administração	2.866	2.388	4.344	4.094
Pró-labore da diretoria	<u>7.659</u>	<u>3.581</u>	<u>11.271</u>	<u>7.632</u>
Subtotal	10.525	5.969	15.615	11.726
Participação nos lucros	639	744	639	744
Remuneração baseada em ações	195	(40)	195	(40)
Outras remunerações	<u>487</u>	<u>460</u>	<u>728</u>	<u>460</u>
	<u>11.846</u>	<u>7.133</u>	<u>17.177</u>	<u>12.890</u>

A Editora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Editora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da

remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Também é atribuída, aos administradores, participação de até 10% sobre o lucro.

11. INVESTIMENTOS

A participação nas controladas e controlada em conjunto e suas principais informações são como segue:

	31/12/14							31/12/13			
	Varejo	Minha Biblioteca	Érica	Joaquim	Pigmento	Todas as Letras	Total	Varejo	Minha Biblioteca	Érica	Total
Quantidade de ações ou quotas do capital social - milhares	216.490	2.000	120	10.000	10.000	10.000		216.490	2.000	120	
Quantidade de ações ou quotas possuídas - milhares	216.450	500	119	9.900	9.900	9.900		216.450	500	119	
Participação no capital social	99,98%	25,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%		99,98%	25,00%	99,00%	
Participação do investimento no patrimônio líquido da Editora (inclui empréstimos de mútuo)	51,20%	0,03%	7,56%	0,00%	0,00%	0,00%		54,64%	0,03%	5,96%	
Capital social atualizado	326.317	2.000	120	10	10	10		326.317	2.000	120	
Patrimônio líquido	256.271	658	11.399	10	10	10	268.358	293.175	596	5.526	299.297
(-) Lucro não realizado nos estoques do Varejo	(14.302)	-	-	-	-	-	(14.302)	(11.333)	-	-	(11.333)
Ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos pela aquisição da Érica	-	-	7.788	-	-	-	7.788	-	-	8.633	8.633
Total	241.969	658	19.187	10	10	10	261.844	281.842	596	14.159	296.597
Ágio	-	-	16.581	-	-	-	16.581	-	-	16.581	16.581
Valor do investimento	241.921	164	35.712	10	10	10	277.827	281.788	149	30.740	312.677

A base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Editora é composta como segue:

Editora - BR GAAP	
31/12/14	31/12/13

Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:

Prejuízo do Varejo	(36.905)	(16.406)
Lucro líquido da Minha Biblioteca	15	4
Lucro líquido da Érica	5.818	3.047

Realização dos ativos identificáveis adquiridos líquidos

dos passivos assumidos pela aquisição da Érica	(845)	(1.360)
--	-------	---------

Lucro não realizado nos estoques sobre as

vendas para o Varejo	(2.969)	(2.709)
----------------------	---------	---------

Base de cálculo do valor de equivalência

patrimonial ajustado	(34.886)	(17.424)
----------------------	----------	----------

Equivalência patrimonial

	(34.880)	(17.422)
--	----------	----------

As alterações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	<u>Editora - BR GAAP</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Saldo no início do exercício	312.677	300.945
Integralização de capital em empresa de controle compartilhado - Minha Biblioteca	-	100
Ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos - aquisição Érica	-	12.528
Ágio - aquisição Érica	-	16.581
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	(2.969)	(2.709)
Participação no resultado do Varejo	(36.899)	(16.404)
Participação no resultado da Minha Biblioteca	15	4
Participação no resultado da Érica	5.818	3.047
Cessão de 1% das quotas da Érica para o Varejo	-	(55)
Integralização de capital na empresa - Joaquim	10	-
Integralização de capital na empresa - Pigmento	10	-
Integralização de capital na empresa - Todas as Letras	10	-
Realização dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos pela aquisição da Érica	<u>(845)</u>	<u>(1.360)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>277.827</u>	<u>312.677</u>

As principais informações das empresas controladas e controlada em conjunto são como segue:

	Varejo		Minha Biblioteca		Érica		Joaquim	Pigmento	Todas as Letras
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/14</u>
Ativo total	1.261.243	921.006	1.838	790	13.305	6.981	10	10	10
Passivo circulante e não circulante	1.004.972	627.831	1.180	190	1.906	1.400	-	-	-
Patrimônio líquido	256.271	293.175	658	600	11.399	5.581	10	10	10
Receitas líquidas	1.821.761	1.687.854	5.650	1.599	20.055	9.355	-	-	-
(Prejuízo) lucro do exercício	(36.905)	(16.406)	59	15	5.818	3.047	-	-	-

12. IMOBILIZADO

Editora - BR GAAP							
Taxa anual de depreciação - %	31/12/14			31/12/13			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Terrenos	-	18.527	-	18.527	-	18.527	
Edifícios e construções	4	8.006	(5.243)	8.006	(4.925)	3.081	
Máquinas e equipamentos	10	2.035	(1.778)	2.079	(1.778)	301	
Móveis, utensílios e instalações	10	9.725	(6.338)	8.524	(6.189)	2.335	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	11.535	(7.904)	12.159	(9.576)	2.583	
Veículos	20	1.146	(831)	8.625	(6.263)	2.362	
Equipamentos de informática	20	18.093	(14.611)	17.839	(13.734)	4.105	
Imobilizado arrendado	20	828	(431)	828	(266)	562	
Imobilizado em andamento	-	106	-	56	-	56	
		<u>70.001</u>	<u>(37.136)</u>	<u>76.643</u>	<u>(42.731)</u>	<u>33.912</u>	

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

Consolidado - IFRS e BR GAAP							
Taxa anual de depreciação - %	31/12/14			31/12/13			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Terrenos	-	18.530	-	18.530	-	18.530	
Edifícios e construções	4	9.447	(6.320)	9.447	(5.946)	3.501	
Máquinas e equipamentos	10	7.908	(2.903)	3.308	(2.669)	639	
Móveis, utensílios e instalações	10	86.570	(50.589)	78.819	(45.269)	33.550	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	176.661	(141.279)	169.397	(130.795)	38.602	
Veículos	20	1.965	(1.310)	10.040	(6.984)	3.056	
Equipamentos de informática	20	61.792	(45.418)	56.081	(41.241)	14.840	
Imobilizado arrendado	20	2.857	(1.344)	2.857	(773)	2.084	
Imobilizado em andamento	-	1.774	-	1.290	-	1.290	
		<u>367.504</u>	<u>(249.163)</u>	<u>349.769</u>	<u>(233.677)</u>	<u>116.092</u>	

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

Editora - BR GAAP											
	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	Provisão para perda de valor recuperável	31/12/13	Adições	Baixas	Transferências	Provisão para perda de valor recuperável	31/12/14
Custo:											
Terrenos	18.527	-	-	-	-	18.527	-	-	-	-	18.527
Edifícios e construções	8.006	-	-	-	-	8.006	-	-	-	-	8.006
Máquinas e equipamentos	1.884	197	(2)	-	-	2.079	23	(67)	-	-	2.035
Móveis, utensílios e instalações	8.059	326	(6)	145	-	8.524	1.613	(479)	67	-	9.725
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.613	451	-	95	-	12.159	1.476	(2.650)	550	-	11.535
Veículos	8.927	369	(671)	-	-	8.625	-	(7.479)	-	-	1.146
Equipamentos de informática	16.422	1.701	(313)	29	-	17.839	874	(620)	-	-	18.093
Imobilizado arrendado	828	-	-	-	-	828	-	-	-	-	828
Imobilizado em andamento	269	56	-	(269)	-	56	667	-	(617)	-	106
Total do custo	<u>74.535</u>	<u>3.100</u>	<u>(992)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>76.643</u>	<u>4.653</u>	<u>(11.295)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>70.001</u>
Depreciação acumulada:											
Edifícios e construções	(4.607)	(318)	-	-	-	(4.925)	(318)	-	-	-	(5.243)
Máquinas e equipamentos	(1.707)	(73)	2	-	-	(1.778)	(67)	67	-	-	(1.778)
Móveis, utensílios e instalações	(5.719)	(476)	6	-	-	(6.189)	(453)	304	-	-	(6.338)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(8.547)	(1.029)	-	-	-	(9.576)	(932)	2.604	-	-	(7.904)
Veículos	(5.644)	(1.198)	579	-	-	(6.263)	(706)	6.138	-	-	(831)
Equipamentos de informática	(12.450)	(1.571)	287	-	-	(13.734)	(1.496)	619	-	-	(14.611)
Imobilizado arrendado	(101)	(165)	-	-	-	(266)	(165)	-	-	-	(431)
Total da depreciação	<u>(38.775)</u>	<u>(4.830)</u>	<u>874</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42.731)</u>	<u>(4.137)</u>	<u>9.732</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(37.136)</u>
Valor líquido	<u>35.760</u>	<u>(1.730)</u>	<u>(118)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.912</u>	<u>516</u>	<u>(1.563)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.865</u>
Consolidado - IFRS e BR GAAP											
	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	Provisão para perda de valor recuperável	31/12/13	Adições	Baixas	Transferências	Provisão para perda de valor recuperável	31/12/14
Custo:											
Terrenos	18.530	-	-	-	-	18.530	-	-	-	-	18.530
Edifícios e construções	9.447	-	-	-	-	9.447	-	-	-	-	9.447
Máquinas e equipamentos	2.871	219	(23)	241	-	3.308	4.662	(67)	5	-	7.908
Móveis, utensílios e instalações	73.993	5.462	(124)	2.226	(2.738)	78.819	6.696	(760)	2.063	(248)	86.570
Benfeitorias em imóveis de terceiros	155.693	12.317	-	9.924	(8.536)	169.397	9.008	(4.945)	3.335	(134)	176.661
Veículos	10.353	517	(830)	-	-	10.040	-	(8.075)	-	-	1.965
Equipamentos de informática	50.976	4.106	(1.166)	2.361	(197)	56.081	6.778	(1.544)	515	(38)	61.792
Imobilizado arrendado	2.857	-	-	-	-	2.857	-	-	-	-	2.857
Imobilizado em andamento	3.130	13.377	-	(15.217)	-	1.290	6.402	-	(5.918)	-	1.774
Total do custo	<u>327.850</u>	<u>35.998</u>	<u>(2.143)</u>	<u>(465)</u>	<u>(11.471)</u>	<u>349.769</u>	<u>33.546</u>	<u>(15.391)</u>	<u>-</u>	<u>(420)</u>	<u>367.504</u>
Depreciação acumulada:											
Edifícios e construções	(5.572)	(374)	-	-	-	(5.946)	(374)	-	-	-	(6.320)
Máquinas e equipamentos	(2.586)	(106)	22	-	-	(2.669)	(301)	67	-	-	(2.903)
Móveis, utensílios e instalações	(39.762)	(5.600)	93	-	-	(45.269)	(5.783)	463	-	-	(50.589)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(110.569)	(20.226)	-	-	-	(130.795)	(15.356)	4.872	-	-	(141.279)
Veículos	(6.246)	(1.463)	725	-	-	(6.984)	(938)	6.612	-	-	(1.310)
Equipamentos de informática	(36.759)	(5.620)	1.139	-	-	(41.241)	(5.721)	1.544	-	-	(45.418)
Imobilizado arrendado	(202)	(571)	-	-	-	(773)	(571)	-	-	-	(1.344)
Total da depreciação	<u>(201.696)</u>	<u>(33.960)</u>	<u>1.979</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(233.677)</u>	<u>(29.044)</u>	<u>13.558</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(249.163)</u>
Valor líquido	<u>126.154</u>	<u>2.038</u>	<u>(164)</u>	<u>(465)</u>	<u>(11.471)</u>	<u>116.092</u>	<u>4.502</u>	<u>(1.833)</u>	<u>-</u>	<u>(420)</u>	<u>118.341</u>

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 4. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas e constituiu provisão para perda de valor recuperável no montante de R\$420. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi constituída provisão para perda de valor recuperável no montante de R\$11.471.

Ativos cedidos em garantia

As obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$1.513 (R\$2.084 em 31 de dezembro de 2013).

13. INTANGÍVEL

		Editora - BR GAAP					
		31/12/14			31/12/13		
	Taxa anual de amortização - %						
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	19.522	(4.926)	14.596	19.522	(4.926)	14.596
Cessão de direitos	20	10.521	(6.187)	4.334	6.000	(2.803)	3.197
Software	20	33.297	(20.755)	12.542	31.459	(19.959)	11.500
Marcas e patentes	-	188	-	188	188	-	188
Outros intangíveis	20	1.722	(1.722)	-	1.722	(1.722)	-
Intangível em andamento	-	22.162	-	22.162	350	-	350
		<u>87.412</u>	<u>(33.590)</u>	<u>53.822</u>	<u>59.241</u>	<u>(29.410)</u>	<u>29.831</u>

		Consolidado - IFRS e BR GAAP					
		31/12/14			31/12/13		
	Taxa anual de amortização - %						
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	115.352	(21.504)	93.848	115.352	(21.504)	93.848
Cessão comercial	20	33.542	(30.028)	3.514	33.611	(27.709)	5.902
Cessão de direitos	20	20.909	(7.806)	13.103	16.224	(3.399)	12.825
Software	20	119.198	(52.117)	67.081	95.878	(43.070)	52.808
Marcas e patentes	-	2.593	(68)	2.525	2.593	(68)	2.525
Outros intangíveis	20	2.715	(2.038)	677	2.715	(1.838)	877
Intangível arrendado	20	1.215	(983)	232	1.215	(740)	475
Intangível em andamento	-	25.057	-	25.057	6.051	-	6.051
		<u>320.581</u>	<u>(114.544)</u>	<u>206.037</u>	<u>273.639</u>	<u>(98.328)</u>	<u>175.311</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

Editora - BR GAAP										
	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	Provisão para perda de valor recuperável	31/12/13	Adições	Baixas	Transferências	Provisão para perda de valor recuperável
Custo:										
Ágio	19.522	-	-	-	-	19.522	-	-	-	-
Cessão de direitos	3.548	1.135	-	1.317	-	6.000	4.432	-	89	-
Software	25.427	1.409	-	4.623	-	31.459	1.437	-	401	-
Marcas e patentes	188	-	-	-	-	188	-	-	-	-
Outros	1.722	-	-	-	-	1.722	36	-	(36)	-
Intangível em andamento	2.619	4.097	(426)	(5.940)	-	350	22.266	-	(454)	-
Total do custo	53.026	6.641	(426)	-	-	59.241	28.171	-	-	-
Amortização acumulada:										
Ágio	(4.926)	-	-	-	-	(4.926)	-	-	-	-
Cessão de direitos	(2.413)	(390)	-	-	-	(2.803)	(3.384)	-	-	-
Software	(17.016)	(2.943)	-	-	-	(19.959)	(796)	-	-	-
Outros	(1.427)	(295)	-	-	-	(1.722)	-	-	-	-
Total da amortização	(25.782)	(3.628)	-	-	-	(29.410)	(4.180)	-	-	-
Valor líquido	27.244	3.013	(426)	-	-	29.831	23.991	-	-	-

Consolidado - IFRS e BR GAAP										
	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	Provisão para perda de valor recuperável	31/12/13	Adições	Baixas	Transferências	Provisão para perda de valor recuperável
Custo:										
Ágio	98.771	16.581	-	-	-	115.352	-	-	-	-
Cessão comercial	33.163	-	-	1.100	(652)	33.611	-	-	-	(69)
Cessão de direitos	3.548	11.359	-	1.317	-	16.224	4.596	-	89	-
Software	81.088	4.512	-	10.278	-	95.878	6.980	-	16.340	-
Marcas e patentes	323	2.270	-	-	-	2.593	-	-	-	-
Outros intangíveis	1.722	993	-	-	-	2.715	36	-	(36)	-
Intangível arrendado	1.215	-	-	-	-	1.215	-	-	-	-
Intangível em andamento	20.690	17.621	(20.030)	(12.230)	-	6.051	35.399	-	(16.393)	-
Total do custo	240.520	53.336	(20.030)	465	(652)	273.639	47.011	-	-	(69)
Amortização acumulada:										
Ágio	(21.504)	-	-	-	-	(21.504)	-	-	-	-
Cessão comercial	(25.360)	(2.349)	-	-	-	(27.709)	(2.319)	-	-	-
Cessão de direitos	(2.413)	(986)	-	-	-	(3.399)	(4.407)	-	-	-
Software	(33.001)	(10.069)	-	-	-	(43.070)	(9.047)	-	-	-
Marcas e patentes	(67)	(1)	-	-	-	(68)	-	-	-	-
Outros intangíveis	(1.427)	(411)	-	-	-	(1.838)	(200)	-	-	-
Intangível arrendado	(497)	(243)	-	-	-	(740)	(243)	-	-	-
Total da amortização	(84.269)	(14.059)	-	-	-	(98.328)	(16.216)	-	-	-
Valor líquido	156.251	39.277	(20.030)	465	(652)	175.311	30.795	-	-	(69)

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis, conforme descrito na nota explicativa nº 4. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas e constituiu provisão para perda de valor recuperável no montante de R\$69. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi constituída provisão para perda de valor recuperável no montante de R\$652.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi realizada baixa no montante de R\$18.029 (R\$15.385 de gastos incorridos em exercícios anteriores e R\$2.644 incorridos em 2013), relacionado ao investimento na nova plataforma de e-commerce do Varejo por não existir evidências de capacidade de geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos cedidos em garantia

As obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$232 (R\$475 em 31 de dezembro de 2013).

Ágio

		<u>Editora - BR GAAP</u>	
	<u>Data de aquisição</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Ágio na aquisição de empresa:			
Formato	04/08/03	70	70
Ético	07/12/07	<u>14.526</u>	<u>14.526</u>
		<u>14.596</u>	<u>14.596</u>
		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>Data de aquisição</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Ágio na aquisição de empresa:			
Formato	04/08/03	70	70
Ético	07/12/07	14.526	14.526
Siciliano	06/03/08	62.671	62.671
Érica	06/06/13	<u>16.581</u>	<u>16.581</u>
		<u>93.848</u>	<u>93.848</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente e independentemente da existência de indicadores de perda de seu valor de recuperação, conforme descrito na nota explicativa nº 4.

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as seguintes UGCs: lojas adquiridas da Siciliano, operações do Ético e Editora Érica.

Siciliano

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 13,8% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2015 a 2019 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano e no crescimento estimado das receitas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam à reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano, bem como no crescimento das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5,5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

Ético

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 13,7% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2015 a 2019 em linha com histórico de crescimento da UGC e no crescimento da base de clientes do Ético.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico e no plano de negócios do Ético, bem como no crescimento estimado das receitas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam suportar a expansão das operações da UGC e, também, a reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico do Ético, bem como no crescimento das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5,5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

Editora Érica

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 13,7% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2015 a 2019 em linha com histórico de crescimento da UGC e no crescimento da base de clientes da Editora Érica.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico, bem como no crescimento estimado das receitas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam suportar a expansão das operações da UGC e, também, a reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico, bem como no crescimento das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5,5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Em moeda nacional:				
BNDES	241.930	67.776	327.191	123.355
Empréstimos para capital de giro	10.014	10.008	175.717	170.575
Custos de captação a amortizar	-	-	(277)	(942)
Arrendamento financeiro	12.381	428	13.922	2.511
	<u>264.325</u>	<u>78.212</u>	<u>516.553</u>	<u>295.499</u>
Em moeda estrangeira:				
Empréstimos para capital de giro	18.797	20.088	316.429	150.771
Valor justo - operação "swap"	(2.140)	379	(31.739)	(586)
	<u>16.657</u>	<u>20.467</u>	<u>284.690</u>	<u>150.185</u>
	<u>280.982</u>	<u>98.679</u>	<u>801.243</u>	<u>445.684</u>
Passivo circulante	50.549	65.838	503.677	224.722
Passivo não circulante	230.433	32.841	297.566	220.962
	<u>280.982</u>	<u>98.679</u>	<u>801.243</u>	<u>445.684</u>

Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Editora:

Instituição		Finalidade	Modalidade		Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
		Projetos editoriais, conteúdo digital, sistema de ensino e capital de giro	PROCULT		Set/2011	Set/2016	Não há	R\$ 86.988	2,76% a.a. + TJLP (a)
	BNDES	Projetos editoriais, 2013/2016	PROCULT	Subcrédito A	Jul/2014	Jul/2019	Fiança bancária	R\$ 56.542	1,50% a.a. + UM Selic
	BNDES	Projetos editoriais, 2013/2016	PROCULT	Subcrédito B	Jul/2014	Jul/2019	Fiança bancária	R\$ 226.170	1,50% a.a. + TJLP (a)
	BNDES	Investimentos em papel e impressão	PROCULT	Subcrédito C	Jul/2014	Ago/2018	Fiança bancária	R\$ 93.885	2,00% a.a. + UM Selic
	BNDES	Investimentos em papel e impressão	PROCULT	Subcrédito D	Jul/2014	Ago/2018	Fiança bancária	R\$ 93.885	2,00% a.a. + TJLP (a)
	BNDES	investimentos em tecnologia em conteúdo digital	PROCULT	Subcrédito E	Jul/2014	Jul/2019	Fiança bancária	R\$ 18.000	0,50% a.a. + TJLP (a)
	BNDES	investimentos sociais no âmbito da comunidade	PROCULT	Subcrédito F	Jul/2014	Jul/2019	Fiança bancária	R\$ 3.200	0,000001% a.a. + TJLP (a)
	Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB		Ago/2013	Mar/2015	Aval Livraria e recebíveis	R\$ 10.000	108,00% Variação CDI a.a.
	Banco do Brasil S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap		Jul/2014	Jul/2015	Aval Livraria e recebíveis Bem arrendado e nota	R\$ 15.540	112,55% Variação CDI a.a.
	SG Equipment Finance S/A	Software e hardware	Leasing		Jan/2012	Jun/2015	promissória	R\$ 827	Variação do CDI
	SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing		Dez/2014	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 12.223	Variação do CDI

Varejo:

Anexo								
Instituição	Finalidade	Modalidade		Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
BNDES	Expansão e reforma da rede de lojas, equipamento e capital de giro	Finame		Out/2011	Out/2016	Aval Editora	R\$ 69.393	2,63% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT	Subcrédito A	Jul/2014	Ago/2022	Aval Editora	R\$ 17.929	1,98% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT	Subcrédito B	Jul/2014	Ago/2022	Aval Editora	R\$ 71.715	1,98% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM	Subcrédito C	Jul/2014	Ago/2019	Aval Editora	R\$ 338	3,98% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM	Subcrédito D	Jul/2014	Ago/2019	Aval Editora	R\$ 338	3,98% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos no capital de giro	PROCULT	Subcrédito E	Jul/2014	Ago/2019	Aval Editora	R\$ 39.224	2,48% a.a. + UM Selic
BNDES	investimentos em tecnologia de plataformas de conteúdo digital social	PROCULT	Subcrédito F	Jul/2014	Ago/2024	Aval Editora	R\$ 7.740	0,98% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB		Jan/2013	Jan/2015	Aval Editora	R\$ 20.000	Variação CDI + 1,20% a.a.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap		Jul/2014	Jan/2015	Aval Editora	R\$ 167.250	117,50% Variação CDI a.a.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB		Mar/2014	Mar/2015	Aval Editora	R\$ 10.000	Variação CDI + 1,20% a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap		Jul/2014	Jul/2015	Aval Editora	R\$ 40.000	112,55% Variação CDI a.a.
Banco Bradesco S/A	Capital de giro	CCB		Nov/2013	Fev/2015	Sem aval	R\$ 20.361	Variação CDI + 1,45% a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB		Ago/2012	Ago/2015	Aval Editora e recebíveis	R\$ 108.500	108,50% Variação CDI a.a.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap		Dez/2013	Nov/2015	Aval Editora	R\$ 40.000	108,00% Variação CDI a.a.
Banco IBM S/A	Aquisição de software	Leasing		Nov/2011	Fev/2017	Bem arrendado	R\$ 2.812	Variação do CDI

(a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de 5% (5% em 31 de dezembro de 2013).

Financiamentos com o BNDES

Os contratos estabelecidos com o BNDES e os valores liberados são os seguintes:

Contratações

	Editora	Varejo	Consolidado
Valores contratados em 2011	86.988	69.393	156.381
Valores contratados em 2014	491.682	137.284	628.966
Liberações	(290.862)	(122.518)	(413.380)
Valores não liberados - contrato 2011	-	(1.322)	(1.322)
Saldos a liberar	<u>287.808</u>	<u>82.837</u>	<u>370.645</u>

Liberações

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Contratos celebrados em 2011	-	-	-	498
Contratos celebrados em 2014	203.874	-	258.321	-
	<u>203.874</u>	<u>-</u>	<u>258.321</u>	<u>498</u>

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) para a Editora e para o Varejo

a) Contratos celebrados pela Editora e Varejo em 2011

Para os contratos assinados com a Editora e com Varejo, tendo este a Editora como interveniente, a Editora deverá manter durante a vigência dos contratos, os seguintes índices financeiros apurados anualmente em balanço consolidado auditado por empresa de auditoria independente.

- Liquidez corrente igual ou maior que 1,65.
- Endividamento geral menor ou igual a 0,62.

Para fins de comprovação, a Editora deverá apresentar anualmente até 31 de maio as demonstrações contábeis consolidadas auditadas.

Na hipótese do não atingimento dos níveis estabelecidos, a Editora deverá constituir no prazo de 90 dias (60 dias em relação ao contrato do Varejo), contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES, garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida dele decorrente, e ainda, no caso do contrato com a Editora, garantias pessoais, aceitas pelo BNDES, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis mínimos exigidos.

Atendimento às cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2014

	<u>Exigido</u>	<u>Atingido</u>
Liquidez corrente maior ou igual	1,65	1,37
Endividamento geral menor ou igual	0,62	0,75

Em 31 de dezembro de 2014 os índices exigidos para os contratos da Editora e Varejo não foram atingidos.

A Administração da Editora possui habilidade e disponibilidade para apresentar garantias, caso exigidas pelo BNDES em imóveis; garantia pignoratícia representada pela propriedade de 99,98% das ações do Varejo e 99% das quotas da Érica; e garantia pessoal, representada por fiança bancária prestada por instituição financeira de primeira linha.

A Administração da Editora, considerando as cláusulas contratuais aplicáveis ao não atendimento dos índices financeiros, manteve o montante a pagar de R\$12.539

(Consolidado R\$23.660) classificados em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com os prazos contratuais originalmente pactuados.

b) Contratos celebrados pela Editora em 2014

O contrato assinado com a Editora está garantido por cartas de fiança, prestadas por instituições financeiras. A Editora deverá manter durante a vigência do contrato, de acordo com cada fiança contratada, os seguintes parâmetros financeiros apurados anualmente em balanço consolidado auditado por empresa de auditoria independente:

Contrato de Fiança Santander

- Razão Dívida financeira líquida / EBITDA – menor ou igual a 2,50
- Razão Endividamento total / Ativo total – menor ou igual a 0,65

Para fins de cálculo dos índices financeiros, são consideradas as seguintes definições:

a) Dívida financeira líquida = soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) deduzidos das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras) e recebíveis de cartão de crédito.

b) Endividamento total = somatório dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e dívida com aquisição de empresas (circulante)

c) EBITDA = Lucro operacional menos os encargos de depreciação e amortização

Na hipótese de descumprimento dos índices financeiros após seis meses contados a partir da primeira medição, o banco realizará nova medição, baseada nas demonstrações contábeis consolidadas da Editora elaboradas no período. Permanecendo o descumprimento, o banco poderá, a seu exclusivo critério, majorar a remuneração da fiança, de acordo com parâmetros definidos em contrato, ou exigir a imediata devolução da fiança, ou a imediata constituição de cessão fiduciária de aplicações financeiras e/ou depósito bancário correspondente ao valor afiançado atualizado.

Atendimento às cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2014

	<u>Exigido</u>	<u>Atingido</u>
Razão Dívida financeira líquida / EBITDA menor ou igual	2,50	2,00
Razão Endividamento total / Ativo total menor ou igual	0,65	0,43

Contrato de Fiança Bradesco

- Razão Dívida líquida / EBITDA – menor ou igual a 2,50
- Razão Capital de terceiros / Ativo total – menor ou igual a 0,70

Para fins de cálculo dos índices financeiros, são consideradas as seguintes definições:

a) Dívida líquida = soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) deduzidos das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras) e recebíveis de cartão de crédito.

b) Capital de terceiros = somatório passivo circulante e não circulante

c) EBITDA = Lucro operacional menos os encargos de depreciação e amortização

Na hipótese de descumprimento dos índices financeiros, o banco irá majorar a remuneração da fiança, de acordo com parâmetros estabelecidos em contrato. Será devido ainda pela Editora, enquanto não se verificar a adequação dos índices financeiros, um prêmio de 1% ao ano incidente sobre o valor do limite da fiança bancária vigente, a serem pagos nas mesmas datas de pagamento da remuneração da fiança. A avaliação dos índices financeiros será realizada trimestralmente com base nas demonstrações contábeis consolidadas da Editora.

Atendimento às cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2014

	<u>Exigido</u>	<u>Atingido</u>
Razão Dívida líquida / EBITDA menor ou igual	2,50	2,06
Razão Capital de terceiros / Ativo total menor ou igual	0,70	0,75

Em 31 de dezembro de 2014 o índice Razão Endividamento total / Ativo total, exigido para o contrato da Editora não foi atingido.

A Administração da Editora possui capacidade financeira para arcar com os encargos adicionais previstos no contrato assinado com o Bradesco pelo período em que não for verificada a adequação do índice.

c) Contratos celebrados com o Varejo em 2014

O contrato assinado com Varejo está garantido por aval da Editora que deverá manter durante a vigência do contrato, os seguintes índices financeiros apurados anualmente em balanço consolidado auditado por empresa de auditoria independente:

- Razão Dívida onerosa líquida / EBITDA – inferior a 2,50
- Razão Exigível / Ativo total – inferior a 0,65

Para fins de cálculo dos índices financeiros, são consideradas as seguintes definições:

a) Dívida onerosa líquida = soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) mais dívida com aquisição de empresas e parcelamentos tributários, deduzidos das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras) e recebíveis de cartão de crédito.

b) Exigível = somatório passivo circulante e não circulante

c) EBITDA = Lucro operacional menos os encargos de depreciação e amortização

Para fins de comprovação, a Editora deverá apresentar anualmente até 30 de maio as demonstrações contábeis consolidadas auditadas.

Na hipótese do não atingimento dos níveis estabelecidos, a Editora deverá constituir no prazo de 90 dias, contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES, garantia fidejussória, formalizada mediante carta de fiança, a ser prestada por instituição financeira, salvo se nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho, apresentarem os níveis mínimos exigidos.

Atendimento às cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2014

	<u>Exigido</u>	<u>Atingido</u>
Razão Dívida onerosa líquida / EBITDA menor ou igual	2,50	2,06
Razão Exigível / Ativo total menor ou igual	0,65	0,75

Em 31 de dezembro de 2014 o índice Razão Exigível / Ativo total, exigido para as demonstrações contábeis consolidadas da Editora para o contrato com o Varejo não foi atingido.

Se o índice não for atingido na medição prevista para as demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 30 de junho de 2015, a Administração da Editora terá habilidade para apresentar a garantia prevista em contrato, caso exigida pelo BNDES.

A Administração da Editora, considerando as cláusulas contratuais aplicáveis ao não atendimento dos índices financeiros, manteve o montante a pagar de R\$55.311 classificados e incluídos em suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os prazos contratuais originalmente pactuados.

Empréstimos para capital de giro

A Editora possuía em 31 de dezembro de 2014 empréstimos no montante de R\$26.671 (R\$30.475 em 31 de dezembro de 2013), utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro.

O Varejo possuía em 31 de dezembro de 2014 empréstimos no montante de R\$433.459 (R\$289.343 em 31 de dezembro de 2013) utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro em virtude do crescimento de suas vendas e de mudanças nas condições dos pagamentos de suas vendas.

Para os empréstimos contraídos em moeda estrangeira foram contratadas operações de “swap”, trocando a variação cambial por variação do CDI e taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Despesas financeiras

Os valores registrados em despesas financeiras para os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Financiamentos - BNDES	7.701	6.410	12.604	11.446
Empréstimos para capital de giro	3.791	459	70.776	18.115
Empréstimos em moeda estrangeira vinculados à operação de "swap"	159	379	(21.085)	796
Arrendamento financeiro	31	42	218	219
	<u>11.682</u>	<u>7.290</u>	<u>62.513</u>	<u>30.576</u>

15. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos para aproveitamento de crédito em compras futuras.

De acordo com o regulamento do Programa vigente, a cada 1.000 pontos adquiridos o cliente adquire o direito ao desconto de R\$15,00 em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os pontos expiram em um prazo de 12 meses.

A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e reconhecida ao resultado conforme descrito na nota explicativa nº 4.

Em 31 de dezembro de 2014, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$3.444 (R\$3.895 em 31 de dezembro de 2013).

16. FORNECEDORES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Fornecedor - nacional (i)	58.926	9.086	431.850	213.472
Fornecedor - exterior	1.063	-	4.508	2.473
Fornecedor - Varejo	7	160	-	-
	<u>59.996</u>	<u>9.246</u>	<u>436.358</u>	<u>215.945</u>

(i) Os saldos Editora e Consolidado apresentados em 31 de dezembro de 2013 estão impactados por operação de antecipação de pagamentos realizada em dezembro de 2013 (R\$36.000 Editora e R\$210.000 Consolidado).

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.139	1.544	5.516	2.848
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	98	59	228	425
Programa de Integração Social - PIS	11	-	29	6
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	117	61
Imposto sobre Serviços - ISS	21	84	185	544
Parcelamento de tributos - Lei 11.941/09	-	-	-	253
Parcelamento de tributos - Lei 12.996/14 (a)	-	-	2.021	-
Contribuição Sindical / Assistencial	-	239	49	239
	<u>4.269</u>	<u>1.926</u>	<u>8.145</u>	<u>4.376</u>
Passivo circulante	4.269	1.926	6.125	4.376
Passivo não circulante	-	-	2.021	-
	<u>4.269</u>	<u>1.926</u>	<u>8.146</u>	<u>4.376</u>

(a) Em 25 de agosto de 2014, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, o Varejo instruiu pedido de parcelamento para débitos tributários nos termos da Lei 12.996/2014, relacionados a compensações não homologadas de tributos federais, com créditos de PIS e COFINS apurados em 2007 e 2008, no montante de R\$2.245, sendo parte desse valor, no montante de R\$1.331 atribuída ao valor a pagar aos vendedores da empresa adquirida em 2008 (Siciliano S.A.). O valor pago durante o exercício de 2014 foi de R\$229.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Editora - BR GAAP			<u>31/12/14</u>
	<u>31/12/13</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	
Férias	4.583	7.277	(7.931)	3.929
13º salário	-	5.270	(5.270)	-
Salários a pagar	2.236	54.384	(55.662)	958
FGTS a recolher	3.378	29.671	(31.936)	1.113
INSS a recolher	3.413	13.735	(14.031)	3.117
Participação nos resultados	5.201	4.163	(4.400)	4.964
	<u>18.811</u>	<u>114.500</u>	<u>(119.230)</u>	<u>14.081</u>

Consolidado - IFRS e BR GAAP				
	<u>31/12/13</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/14</u>
Férias	13.492	20.767	(20.345)	13.914
13º salário	-	15.083	(15.083)	-
Salários a pagar	2.307	158.957	(160.306)	958
FGTS a recolher	5.738	43.237	(45.945)	3.030
INSS a recolher	10.497	22.147	(24.131)	8.513
Participação nos resultados	8.717	7.215	(8.383)	7.549
	<u>40.751</u>	<u>267.406</u>	<u>(274.193)</u>	<u>33.964</u>

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Editora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações. A composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos é demonstrada a seguir:

Provisões

Editora - BR GAAP			
	Constituição/		
	<u>31/12/13</u>	<u>(Reversão)</u>	<u>31/12/14</u>
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	638	(39)	599
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	1.099	19	1.118
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	<u>311</u>	<u>(177)</u>	<u>134</u>
	<u>2.048</u>	<u>(197)</u>	<u>1.851</u>
Consolidado - IFRS e BR GAAP			
	Constituição/		
	<u>31/12/13</u>	<u>(Reversão)</u>	<u>31/12/14</u>
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	12.145	1.170	13.315
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	2.756	52	2.808
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	1.143	220	1.363
ICMS - Auto de infração (d)	<u>1.642</u>	<u>22</u>	<u>1.664</u>
	<u>17.686</u>	<u>1.464</u>	<u>19.150</u>

- (a) Ações judiciais impetradas pela Editora e Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS. As ações estão garantidas por depósitos judiciais, classificadas no ativo não circulante no valor de R\$13.946 (Consolidado). Relativamente às ações impetradas pela

Editora, houve trânsito em julgado favorável para as ações que questionam a ampliação da base de cálculo das contribuições federais PIS e COFINS – Lei 9.718/98 e, desfavorável para a ação que questiona a majoração da alíquota da COFINS – Lei 9.718/98. Relativamente às ações impetradas pelo Varejo, houve a interposição de Recurso Especial pela União e pelo Varejo, sendo que os referidos recursos encontram-se pendentes de julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

- (b) Ações judiciais impetradas em 1989 pela Editora e pelo Varejo para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica da contribuição para o PIS, nos termos da Lei Complementar nº 7/70. As ações foram garantidas por depósitos judiciais efetuados no período entre abril de 1989 e maio de 1992, posteriormente levantados por autorização judicial. Julgado o mérito, houve o trânsito em julgado reconhecendo a validade e sujeição ao regime da Lei Complementar nº 7/70 e, por força do provimento dado ao agravo da Fazenda Nacional, o processo encontra-se em fase de apuração dos valores devidos à União Federal. Dessa forma, a Editora e o Varejo reconheceram os respectivos montantes como provisão, na forma da opinião legal dos advogados que patrocinam a causa, considerando a melhor estimativa existente nas datas de encerramento dos períodos de relatório para o cálculo do desembolso necessário para liquidar os créditos tributários. Em 19 de fevereiro de 2010, a Editora e o Varejo foram intimadas a refazer os depósitos judiciais, nos termos do trânsito em julgado nos montantes equivalentes a R\$99 para a Editora e a R\$1.237 para o Varejo. O valor que liquida o crédito tributário ainda está em discussão, e será definido após conclusão de trabalho pericial. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic, 10,40% em 31 de dezembro de 2014 (7,92% no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).
- (c) Processos trabalhistas da Editora e do Varejo substancialmente relacionados a demissões no curso normal de seus negócios, no montante de R\$43 e R\$286, respectivamente. Processos cíveis da Editora, no montante estimado de perda de R\$91 e do Varejo, substancialmente relacionados a processos judiciais de indenizações pleiteadas pelos clientes do Varejo, no montante estimado de perda de R\$943.
- (d) O Varejo discutiu administrativamente autos de infração lavrados durante o exercício de 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em 15 de maio de 2012 foi ajuizada ação para anular os autos de infração. Em 9 de novembro de 2012 foi realizado depósito judicial no montante de R\$533 para garantir a ação judicial e suspender a exigibilidade do crédito tributário referente aos autos de infração lavrados em 2011. Em 29 de novembro de 2012 e 4 de março de 2013, foram ajuizadas ações para anular os autos de infração lavrados em 2011, tendo sido deferido pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O montante provisionado é de R\$1.642 e corresponde ao valor principal e multa. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic, 10,40% em 31 de dezembro de 2014 (7,92% no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

Depósitos judiciais

	Editora - BR GAAP		
	31/12/13	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/14
PIS/COFINS (a)	1.351	40	1.391
Processos administrativos - compensação de tributos	5.523	543	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	6.560	(325)	6.235
Processos judiciais trabalhistas	98	78	176
	<u>13.532</u>	<u>336</u>	<u>13.868</u>

	Consolidado - IFRS e BR GAAP		
	31/12/13	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/14
PIS/COFINS (a)	12.870	1.076	13.946
Processos administrativos - compensação de tributos	5.523	543	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	9.736	3.325	13.061
Processos judiciais trabalhistas	360	226	586
	<u>28.489</u>	<u>5.170</u>	<u>33.659</u>

- (a) Ações judiciais impetradas pela Editora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS.
- (b) Inclui o montante de R\$3.192 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originários de liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS na importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Editora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$353.190, sendo R\$264.041 para a Editora e R\$89.149 para o Varejo (R\$186.602 em 31 de dezembro de 2013, sendo R\$132.297 para a Editora e R\$54.305 para o Varejo).

A composição dos principais passivos é como segue:

<u>Natureza do processo</u>	<u>Objeto</u>	<u>Valor Estimado Consolidado</u>
a) Processos de natureza tributária		
INSS	Autos de infração contra a Editora por falta de recolhimento sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias	3.934
IRPJ / CSLL / PIS / COFINS	Representados substancialmente por processos administrativos da Editora e Varejo relacionados a compensação de créditos utilizados para o pagamento de IRPJ e CSLL, sendo que alguns garantidos por depósitos judiciais no montante consolidado de R\$6,944 e outros processos de naturezas variadas	287.775
ICMS	Autos de infração lavrados em 2009 contra a Editora relacionado a exigência de ICMS para os exercícios 2006 e 2007 por suposto desvio de finalidade de operações amparadas por imunidade	8.505
	Autos de infração lavrados em 2013 contra o Varejo relacionados a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual	20.772
	Mandado de Segurança impetrado pelo Varejo em dezoito Estados, com Liminar Deferida para cinco Estados para reconhecer a imunidade do ICMS sobre a comercialização do leitor digital - LEV	não estimável com segurança
PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer alíquota zero sobre as vendas do leitor digital - LEV, com Liminares deferidas para 7 dos dez processos até 21 de dezembro de 2014	não estimável com segurança
b) Tributos incidentes sobre processos de importação - II, IPI, ICMS, PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para dez processos de importação para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero de PIS e Cofins incidentes sobre a importação do leitor digital - LEV	4.060
c) Processos de natureza cível	Ação indenizatória ajuizada pela Livraria Cultura e Fernando Faria de Castro Brandão contra a Editora e Varejo para discutir suposto plágio de projeto arquitetônico	1.641
	Diversas ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas a contratos de locação de suas lojas físicas	11.344
	Outros processos cíveis da Editora de naturezas variadas e do Varejo relacionados a ações individuais de relações de consumo	2.762
d) Processos de natureza trabalhista	Diversas ações trabalhistas contra a Editora e Varejo que discutem substancialmente a responsabilidade subsidiária ou o reconhecimento de vínculo de contrato de trabalho em contratos de prestação de serviço	12.397

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Editora, no montante de R\$279.901 (R\$279.901 em 31 de dezembro de 2013), está representado por 28.596.123 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 18.973.810 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Editora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA.

A Editora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, independentemente de reforma estatutária, em até 4.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.

As ações preferenciais da Editora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Editora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

Em reunião do Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2014, com base no estatuto social, foi deliberada autorização para a aquisição de até 510.173 ações ordinárias escriturais e até 1.581.128 ações preferenciais escriturais de emissão da Editora para permanência em tesouraria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram adquiridas 1.581.128 ações preferenciais e 15.700 ações ordinárias a um custo médio de R\$16,29 e R\$14,84 por ação, respectivamente, totalizando o montante de R\$25.996.

A Editora mantém 1.910.078 ações em tesouraria, sendo 1.894.378 ações preferenciais (313.250 em 31 de dezembro de 2013) e 15.700 ações ordinárias, representadas por R\$30.686 (R\$4.923 em 31 de dezembro de 2013) e R\$233, respectivamente, com valor de mercado de R\$12.407 (R\$6,45 por ação preferencial e R\$12,00 por ação ordinária - cotação em 31 de dezembro de 2014).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Editora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2014, foi proposta remuneração de juros sobre o capital próprio no montante de R\$23.660 (R\$0,8866 por ação), a ser tributada na forma da legislação vigente. A Assembleia Geral Ordinária definirá a data de pagamento.

A proposta de distribuição de dividendos para o exercício encerrado em 31 de dezembro é como segue:

Cálculo do dividendo mínimo obrigatório

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Lucro líquido do exercício	5.754	13.023
Constituição da reserva legal	<u>(288)</u>	<u>(651)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>5.466</u>	<u>12.372</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>1.367</u>	<u>3.093</u>
 Dividendo mínimo obrigatório por ação - R\$	 <u>0,05121</u>	 <u>0,10936</u>

Proposta de distribuição

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo mínimo obrigatório	1.219	2.763
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	<u>148</u>	<u>330</u>
	<u>1.367</u>	<u>3.093</u>
 Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo adicional proposto a ser submetido à AGO	 19.884	 19.543
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	<u>2.409</u>	<u>2.332</u>
	<u>22.293</u>	<u>21.875</u>
 Total dividendo mínimo obrigatório e adicional proposto	 <u>23.660</u>	 <u>24.968</u>
 Total por ação - R\$	 <u>0,88660</u>	 <u>0,88281</u>

d) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2014, a Editora constituiu reserva legal no montante de R\$288 (R\$651 em 31 de dezembro de 2013) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Plano de opção de compra de ações da Editora

Em Reunião do Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações realizada em 16 de julho de 2014, foi aprovado o 7º Programa, outorgando opções de compra de 882.000 ações preferenciais escriturais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 7º Programa, foi ajustado o número de opções no montante equivalente a 375.000 opções.

Entre janeiro e fevereiro de 2015, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 7º Programa, foi ajustado o número de opções no montante de 38.000 opções.

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Editora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Editora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e programa	Valores registrados		Total	Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício findo em 31/12/13	No exercício findo em 31/12/14		
2011 - 6º Programa	235	21	256	-
2014 - 7º Programa (1ª tranche)	-	82	82	51
2014 - 7º Programa (2ª tranche)	-	68	68	174
2014 - 7º Programa (3ª tranche)	-	61	61	279
2014 - 7º Programa (4ª tranche)	-	58	58	378
2014 - 7º Programa (5ª tranche)	-	55	55	467
	<u>235</u>	<u>345</u>	<u>580</u>	<u>1.349</u>

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada a seguir:

	6º Programa	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Total de opções de compra de ações outorgadas	125.000	176.400	176.400	176.400	176.400	176.400
(-) Exercício de opções de compra de ações	-	-	-	-	-	-
(-) Opções não exercíveis	(79.100)	-	-	-	-	-
(-) Opções não exercidas e expiradas/canceladas	(45.900)	(82.600)	(82.600)	(82.600)	(82.600)	(82.600)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2014	<u>-</u>	<u>93.800</u>	<u>93.800</u>	<u>93.800</u>	<u>93.800</u>	<u>93.800</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 6º Programa foi ajustado o número de opções no montante de 79.100 opções, correspondente a R\$405.

No período entre 10 de março e 30 de maio de 2014, as opções equivalentes a 45.900 ações do 6º Programa não foram exercidas e expiraram.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	6º Programa	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Data da outorga	24/11/2011	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014
Início do prazo de exercício das opções	10/03/2014	11/05/2015	09/05/2016	08/05/2017	07/05/2018	13/05/2019
Término do prazo de exercício das opções	30/05/2014	11/09/2015	09/09/2016	06/09/2017	06/09/2018	13/09/2019
Taxa de juro livre de risco	10,26%	10,92%	11,31%	11,50%	11,68%	11,74%
Número de administradores e funcionários elegíveis	28	26	26	26	26	26
Preço fixado - R\$	25,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00
Indexador	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	<u>-</u>	<u>93.800</u>	<u>93.800</u>	<u>93.800</u>	<u>93.800</u>	<u>93.800</u>
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	<u>5.58</u>	<u>1.41</u>	<u>2.58</u>	<u>3.64</u>	<u>4.64</u>	<u>5.57</u>
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2014 - R\$	<u>-</u>	<u>21.37</u>	<u>21.37</u>	<u>21.37</u>	<u>21.37</u>	<u>21.37</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Editora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

g) Transferência de reserva estatutária

Do saldo da reserva estatutária em 31 de dezembro de 2014, foi transferido o montante de R\$18.194 para a proposta de pagamento de dividendo adicional, sob a forma de juros sobre o capital próprio.

h) Participação não controladora

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Saldos no início do exercício	55	57
Participação no resultado do exercício	<u>(7)</u>	<u>(2)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>48</u>	<u>55</u>

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Receita operacional líquida:				
Venda de produtos, mercadorias e serviços	566.275	567.965	2.482.101	2.362.219
(-) Impostos incidentes	(3.007)	(326)	(120.118)	(113.853)
(-) Devoluções	(51.533)	(60.471)	(92.687)	(100.824)
(-) Receita de venda de produtos no estoque do Varejo	-	-	5.568	(4.671)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	-	-	451	880
	<u>511.735</u>	<u>507.168</u>	<u>2.275.315</u>	<u>2.143.751</u>

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Gastos gerais	(97.838)	(97.207)	(97.838)	(98.349)
Matéria-prima	(33.506)	(41.015)	(33.506)	(41.015)
Mercadorias	-	-	(1.161.042)	(1.063.353)
Custo dos serviços vendidos	(681)	(671)	(17.557)	(14.429)
Despesa com pessoal e encargos	(131.305)	(142.356)	(343.862)	(322.712)
Honorários dos administradores	(10.525)	(5.969)	(15.615)	(11.726)
Participação dos administradores	(639)	(744)	(639)	(744)
Direitos autorais	(54.423)	(49.790)	(57.385)	(51.739)
Propaganda e publicidade	(17.793)	(18.312)	(27.346)	(25.657)
Arrendamentos operacionais	(9.425)	(9.014)	(79.704)	(68.055)
Condomínio e fundos de promoção	(1.164)	(1.047)	(34.894)	(32.344)
Frete e embalagens	(15.192)	(13.681)	(80.889)	(66.142)
Serviços de informática	(9.553)	(14.076)	(24.592)	(28.088)
Viagens e estadias	(5.927)	(7.921)	(7.995)	(10.271)
Baixa de livros obsoletos e edições descontinuadas	(8.611)	(9.220)	(8.611)	(9.220)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	(484)	(397)	(32.038)	(28.344)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.918)	(2.290)	(6.238)	(4.852)
Outras	(42.044)	(40.752)	(148.867)	(138.229)
	<u>(443.028)</u>	<u>(454.462)</u>	<u>(2.178.618)</u>	<u>(2.015.269)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(168.212)	(162.145)	(1.346.130)	(1.240.398)
Despesas com vendas	(185.845)	(197.039)	(598.561)	(567.534)
Despesas gerais e administrativas	(88.971)	(95.278)	(233.927)	(207.337)
	<u>(443.028)</u>	<u>(454.462)</u>	<u>(2.178.618)</u>	<u>(2.015.269)</u>

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado	-	(131)	(47)	(16.559)
Provisão para perda de valor recuperável	-	-	(490)	(12.123)
Baixa de impostos a recuperar	-	-	-	(11.904)
Provisão para perda com estoque danificado	-	-	-	(9.800)
Outras provisões operacionais	(706)	-	(993)	(5.025)
Baixa de créditos com fornecedores e autores considerados irrecuperáveis	-	(2.473)	(3)	(4.528)
Direitos autorais de exercícios anteriores	-	(2.486)	-	(2.486)
Baixa de depósitos judiciais	(30)	(842)	(113)	(1.362)
PIS/COFINS sobre outras receitas operacionais	(111)	(188)	(1.320)	(1.027)
Cartão "private label"	-	-	(253)	(628)
Provisão para contingências cíveis / trabalhistas	177	(67)	(219)	(504)
Baixa de créditos de PIS/COFINS	(98)	-	(391)	-
Sinistros com mercadorias	-	-	-	(32)
Adesão ao parcelamento Lei 12.996/14	-	-	(915)	-
Outras despesas operacionais	(73)	(352)	(73)	(768)
	<u>(841)</u>	<u>(6.539)</u>	<u>(4.817)</u>	<u>(66.746)</u>

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Resultado na venda de ativo permanente	1.815	-	1.842	-
Contribuições sociais a recuperar	-	5.860	-	17.137
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	-	1.132	9.060	8.769
Constituição de créditos - ICMS	-	-	-	2.808
Recuperação de impostos	-	392	-	2.604
Despesas recuperadas	2.080	94	4.557	882
Vendas de saldos e outros produtos	422	351	633	431
Indenizações por sinistros com mercadorias	154	2	179	179
Reversão de provisões operacionais	514	-	2.753	-
Outras receitas operacionais	104	267	548	501
	<u>5.089</u>	<u>8.098</u>	<u>19.572</u>	<u>33.311</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	1.707	1.505	3.906	2.152
Juros sobre empréstimos a controladas	121	345	-	-
Juros recebidos de clientes	387	458	405	486
Juros sobre impostos a recuperar	962	623	2.378	814
Descontos financeiros obtidos	37	72	733	1.586
Valor justo - contrato de cambio	-	-	274	-
Outros juros e variações ativas	1.445	491	3.605	554
Outras receitas financeiras	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>44</u>
	<u>4.661</u>	<u>3.497</u>	<u>11.303</u>	<u>5.636</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(11.523)	(6.911)	(83.598)	(29.780)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controladora	(992)	(1.873)	-	-
Valor justo - operação "swap"	(159)	(379)	21.085	(796)
Descontos financeiros concedidos	(1.326)	(1.738)	(1.706)	(1.986)
Outros juros e variações passivas	(2.568)	(3.146)	(10.604)	(8.773)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(397)	(949)	(1.283)	(1.940)
Outras comissões financeiras	(2.697)	(80)	(3.303)	(254)
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	(7)	-	(107)	-
Outras despesas financeiras	<u>(278)</u>	<u>(117)</u>	<u>(1.799)</u>	<u>(982)</u>
	<u>(19.947)</u>	<u>(15.193)</u>	<u>(81.315)</u>	<u>(44.511)</u>
	<u>(15.286)</u>	<u>(11.696)</u>	<u>(70.012)</u>	<u>(38.875)</u>

26. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2014, o Varejo possuía 115 contratos de locação de suas lojas firmados com terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Editora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa do Varejo e dos estabelecimentos comerciais da Editora e da Érica possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os

referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). As despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, são como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Arrendamentos operacionais	<u>9.425</u>	<u>9.014</u>	<u>79.704</u>	<u>68.055</u>

O saldo da rubrica “Arrendamento operacional - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2014 é de R\$943 (R\$1.137 em 31 de dezembro de 2013) na Editora e R\$10.883 (R\$5.675 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado.

Os compromissos futuros (consolidado), oriundos dos contratos de arrendamento operacional, em 31 de dezembro de 2014 totalizam um montante mínimo de R\$174.426, sendo:

Vencimento	Valor
Até 31/12/15	62.668
De 01/01/16 a 31/12/16	47.481
De 01/01/17 a 31/12/17	31.141
De 01/01/18 a 31/12/18	17.660
De 01/01/19 a 31/12/19	6.505
Demais vencimentos até 2021	<u>8.971</u>
	<u>174.426</u>

27. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O estatuto social da Editora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	31/12/14			31/12/13		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Editora	2.071	3.682	5.754	4.431	8.592	13.023
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	<u>9.619</u>	<u>17.880</u>	<u>27.499</u>	<u>9.622</u>	<u>18.661</u>	<u>28.283</u>
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	<u>9.619</u>	<u>17.880</u>	<u>27.499</u>	<u>9.622</u>	<u>18.661</u>	<u>28.283</u>
Lucro por ação - básico - R\$	0,21532	0,20596		0,42369	0,42369	
Lucro por ação - diluído - R\$	0,21532	0,20491		0,42369	0,42367	

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Editora e do Varejo, ao administrar seu capital, são os de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Editora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 14), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 20).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Empréstimos, financiamentos e aquisição de empresas	282.728	104.771	805.675	451.776
(-) Caixa, equivalentes de caixa e mútuo	<u>(169.461)</u>	<u>(6.931)</u>	<u>(275.019)</u>	<u>(23.086)</u>
Dívida líquida	113.267	97.840	530.656	428.690
Patrimônio líquido	<u>472.470</u>	<u>515.686</u>	<u>472.518</u>	<u>515.741</u>
Total	<u>585.737</u>	<u>613.526</u>	<u>1.003.174</u>	<u>944.431</u>
 Índice de dívida líquida	 <u>19.34%</u>	 <u>15.95%</u>	 <u>52.90%</u>	 <u>45.39%</u>

Periodicamente, a Administração da Editora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Editora - BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	169.461	6.931
Valor justo - operação "swap"	2.140	(379)
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	135.372	120.758
Outros créditos	1.963	1.963
	<u>308.936</u>	<u>129.273</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	283.122	98.300
Fornecedores	59.996	9.246
Partes relacionadas	-	22.143
Arrendamento operacional, direitos autorais e outras obrigações	28.085	36.048
	<u>371.203</u>	<u>165.737</u>

Consolidado - IFRS e BR GAAP		
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	275.019	23.086
Valor justo - operação "swap"	31.739	586
 Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	421.602	256.907
Outros créditos	1.963	1.963
	<u>730.323</u>	<u>282.542</u>
 Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	832.982	446.270
Fornecedores	436.358	215.945
Arrendamento operacional, direitos autorais e outras obrigações	40.828	45.108
	<u>1.310.168</u>	<u>707.323</u>

A Administração da Editora é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI, TJLP e UM Selic) e taxas contratuais (nota explicativa nº 14) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada exercício está próximo do valor de mercado.

Não há mercado ativo para os empréstimos e financiamentos obtidos com o BNDES e, desta forma, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

c) Riscos financeiros

As atividades da Editora e do Varejo estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Editora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área de Tesouraria da Editora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Editora e do Varejo.

d) Gestão do risco de taxa de juros

A Editora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre os empréstimos tomados e suas aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos que representavam a exposição máxima a este risco estão apresentados no quadro abaixo:

		Consolidado - IFRS e BR GAAP
		31/12/14
	Risco	Valor Contábil
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	176.017
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	475.496
Fornecedores	Alta do CDI	52.694
Exposição		704.207

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Editora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Editora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Editora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Os eventuais efeitos nos saldos patrimoniais estão demonstrados na ocorrência dos cenários a seguir:

Operação	Risco	Valores patrimoniais em R\$ mil		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		10%	25%	50%
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI -				
Editora	Baixa do CDI	(240)	(601)	(1.202)
Érica	Baixa do CDI	(11)	(27)	(54)
Varejo	Baixa do CDI	<u>(229)</u>	<u>(573)</u>	<u>(1.147)</u>
		<u>(480)</u>	<u>(1.201)</u>	<u>(2.403)</u>
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI -				
Editora	Alta do CDI	(128)	(318)	(632)
Varejo	Alta do CDI	<u>(1.399)</u>	<u>(3.485)</u>	<u>(6.933)</u>
		<u>(1.527)</u>	<u>(3.803)</u>	<u>(7.565)</u>
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI -				
Editora	Alta do CDI	(709)	(1.813)	(3.761)
Varejo	Alta do CDI	<u>(172)</u>	<u>(210)</u>	<u>(274)</u>
		<u>(881)</u>	<u>(2.023)</u>	<u>(4.035)</u>
Fornecedores sujeitos a variação do CDI -		<u>(110)</u>	<u>(273)</u>	<u>(542)</u>
Outras obrigações sujeitas a variação do CDI -				
Editora	Alta do CDI	<u>(80)</u>	<u>(205)</u>	<u>(428)</u>
Resultado líquido		<u>(3.078)</u>	<u>(7.505)</u>	<u>(14.973)</u>

Risco de taxa de juros

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

f) Gestão do risco de taxa de câmbio

Contratos de compra de Dólar norte-americano

As receitas da Editora e do Varejo são expressas em reais; o risco cambial decorre de eventuais operações comerciais, geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços denominada em dólar norte-americano (US\$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Editora e do Varejo é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de compra de dólar norte-americano ("Non-deliverable Forward - NDF") sem entrega física ou Contratos de Câmbio com entrega física, utilizando somente como instrumento de proteção de valor e nunca

como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Editora e no Varejo, entretanto, não designado como “hedge”.

Uma vez definida a importação é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias e serviços no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano.

A Editora e o Varejo realizaram operações com o Banco Itaú relacionadas à compra a termo de quantia de dólar norte-americano sem entrega física (NDF), demonstradas como segue:

Editora:

Banco Itaú

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Perda
		Na data			registrada
		do contrato	Vencimento		(R\$ mil)
					31/12/14
19/12/2014	05/01/2015	2,6719	2,6719	150	(2)
19/12/2014	30/01/2015	2,6896	2,6896	250	(5)
				400	(7)

Varejo:

Banco do Brasil

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Perda
		Na data			registrada
		do contrato	Vencimento		(R\$ mil)
					31/12/14
03/02/2014	28/02/2014	2,4271	2,3436	620	(52)
03/02/2014	31/03/2014	2,4467	2,2603	260	(48)
				880	(100)

Em agosto de 2014, o Varejo contratou a importação do seu e-reader – LEV e realizou um adiantamento de US\$5.118 mil, correspondentes a 60% do valor contratado. Para os 40% restantes foram firmados com o Banco Itaú, Contratos de Câmbio com entrega física para proteção da variação da cotação do Dólar norte-americano, demonstrada como segue:

Banco Itaú

Contrato	Vencimento	Valor de referência (US\$ mil)	Dólar Contrato	Valor justo (R\$ mil)
04/09/2014	09/01/2015	994	2,3823	274
		<u>994</u>		<u>274</u>

Empréstimos denominados em moeda estrangeira

A Editora e o Varejo captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US\$) acrescidos de taxa de juros (nota explicativa nº 14), para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxas pré-fixada e pós-fixadas.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de “swap” firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, as operações são empréstimos denominados em moeda local acrescidos de uma taxa de juros pré-fixada e/ou pós-fixadas sujeitas à variação do CDI, conforme o caso. O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Exposição a moeda estrangeira

	R\$ mil	
	31/12/14	31/12/13
Empréstimos e financiamentos	284.690	150.185
Swap	<u>(284.690)</u>	<u>(150.185)</u>
Exposição líquida	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhe dos contratos de “swap” em aberto é como segue:

Editora							
Banco	Vencimento	Valor de referência (nacional)	Banco		Indexador	Juros	Valor justo
			Indexador	Juros			
Brasil	02/07/2015	<u>15.540</u>	US\$	1,95% a.a	CDI	112,55% a.a.	<u>2.140</u>

Consolidado							
Banco	Vencimento	Valor de referência (nocial)	Banco		Indexador	Juros	Valor justo
			Indexador	Juros			
Brasil	02/07/2015	15.540	US\$	1,95% a.a	CDI	112,55% a.a.	2.140
Itaú	20/01/2015	167.250	US\$	1,8353% a.a.	CDI	117,50% a.a.	23.151
Brasil	02/07/2015	39.960	US\$	1,95% a.a	CDI	112,55% a.a.	5.503
Itaú	24/11/2015	40.000	US\$	2,66% a.a.	CDI	108,00% a.a.	945
		<u>262.750</u>					<u>31.739</u>

g) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Editora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

A exposição máxima a este risco naquela data está demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado -			
	Editora - BR GAAP		IFRS e BR GAAP	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
	Valor	Valor	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	169.461	6.931	275.019	23.086
Contas a receber de clientes	135.372	120.758	421.602	256.907
Outros créditos	<u>1.963</u>	<u>1.963</u>	<u>1.963</u>	<u>1.963</u>
	<u>306.796</u>	<u>129.652</u>	<u>698.584</u>	<u>281.956</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a Editora apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$5.064 e R\$7.657 no consolidado (R\$3.464 na Editora e R\$5.112 no consolidado em 31 de dezembro de 2013), para cobrir os riscos de crédito.

h) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Editora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Editora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Editora - BR GAAP				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	61.136	-	-	-	61.136
Empréstimos e financiamentos	64.687	44.272	252.886	1.113	362.958
Arrendamento operacional, direitos autorais e outras obrigações	26.339	-	1.746	-	28.085

Operação	Consolidado - BR GAAP				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	437.498	-	-	-	437.498
Empréstimos e financiamentos	533.882	61.963	299.776	29.043	924.664
Arrendamento operacional, direitos autorais e outras obrigações	36.396	-	4.432	-	40.828

i) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Editora e o Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

j) Linhas de crédito

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Empréstimos:		
Utilizado	456.284	320.760
Não utilizado	243.716	89.240
Financiamentos:		
Utilizado	258.321	298.135
Não utilizado	370.645	1.322

k) Garantias concedidas

	Consolidado - IFRS e BR GAAP 31/12/14
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para o Varejo	19.500
Carta de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	8.149
Cartas de fiança em garantia ao contrato de financiamento junto ao BNDES	491.682
	<u>519.331</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as cartas de fiança concedidas geraram despesas financeiras de R\$2.583.

l) Valor contábil e valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Editora - BR GAAP 31/12/14		Consolidado - IFRS e BR GAAP 31/12/14	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	169.461	169.461	275.019	275.019
Valor justo - operação "swap"	2.140	2.140	31.739	31.739
Valor justo - contrato de cambio	-	-	274	274
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	135.372	135.372	421.602	421.602
Outros créditos	1.963	1.963	1.963	1.963
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	283.122	283.076	832.982	828.011
Fornecedores	59.996	59.996	436.358	436.358
Arrendamento operacional, direitos autorais e outras obrigações	28.085	28.085	40.828	40.828

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor

contábil.

- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.
- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) – O valor justo para as operações com derivativos da Editora e do Varejo foram calculados com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratadas, descontado a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos da Editora e do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Editora divulga seus ativos e passivos a valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Abaixo apresentamos os ativos e passivos da Editora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014:

	Editora - BR GAAP			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	81.404	88.057	-	169.461
Valor justo - operação "swap"	-	2.140	-	2.140
	<u>81.404</u>	<u>90.197</u>	<u>-</u>	<u>171.601</u>

	Consolidado - IFRS e BR GAAP			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	99.002	176.017	-	275.019
Valor justo - operação "swap"	-	31.739	-	31.739
Valor justo - contrato de câmbio	-	274	-	274
	<u>99.002</u>	<u>208.030</u>	<u>-</u>	<u>307.032</u>

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, está amparada nos segmentos denominados “Editora” e “Varejo”, através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

O segmento Editora corresponde à edição de livros, formatação de conteúdo digital e desenvolvimento de sistemas de ensino e as operações da Minha Biblioteca, Érica, Pigmento, Joaquim e Todas as Letras. A distribuição é realizada através das filiais e representantes estrategicamente posicionados nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A distribuição é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

a) Ativos e passivos

		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
		<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Ativos dos segmentos :			
Editora		898.783	729.620
Varejo		1.261.243	921.006
Eliminação da operação entre segmentos		<u>(288.227)</u>	<u>(324.597)</u>
Ativos totais consolidados		<u>1.871.799</u>	<u>1.326.029</u>
Passivos dos segmentos :			
Editora		414.884	208.353
Varejo		1.004.972	627.831
Eliminação da operação entre segmentos		<u>(20.575)</u>	<u>(25.896)</u>
Passivos totais consolidados		<u>1.399.281</u>	<u>810.288</u>

b) Resultados

		Consolidado - IFRS e BR GAAP			
		<u>31/12/14</u>			
		<u>Editora</u>	<u>Varejo</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida		531.790	1.821.761	(78.236)	2.275.315
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		<u>(172.683)</u>	<u>(1.248.406)</u>	<u>74.959</u>	<u>(1.346.130)</u>
Lucro bruto		359.107	573.355	(3.277)	929.185
Despesas operacionais		<u>(322.600)</u>	<u>(572.716)</u>	<u>33.923</u>	<u>(861.393)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		36.507	639	30.646	67.792
Resultado financeiro		<u>(15.323)</u>	<u>(54.689)</u>	<u>-</u>	<u>(70.012)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>21.184</u>	<u>(54.050)</u>	<u>30.646</u>	<u>(2.220)</u>

	Consolidado - IFRS e BR GAAP			
	31/12/13			
	Editora	Varejo	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	516.523	1.687.854	(60.626)	2.143.751
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	<u>(163.287)</u>	<u>(1.133.734)</u>	<u>56.623</u>	<u>(1.240.398)</u>
Lucro bruto	353.236	554.120	(4.003)	903.353
Despesas operacionais	<u>(321.193)</u>	<u>(549.696)</u>	<u>16.660</u>	<u>(854.229)</u>
Lucro antes do resultado financeiro	32.043	4.424	12.657	49.124
Resultado financeiro	<u>(11.679)</u>	<u>(27.196)</u>	<u>-</u>	<u>(38.875)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>20.364</u>	<u>(22.772)</u>	<u>12.657</u>	<u>10.249</u>

c) Origem das receitas para os segmentos

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/14	31/12/13
Editora:		
Vendas para o mercado	371.397	339.472
Vendas para o governo	<u>160.393</u>	<u>177.051</u>
	<u>531.790</u>	<u>516.523</u>
Varejo:		
Lojas físicas	1.259.853	1.138.984
Comércio eletrônico	<u>561.908</u>	<u>548.870</u>
	<u>1.821.761</u>	<u>1.687.854</u>
Total	2.353.551	2.204.377
Eliminações	<u>(78.236)</u>	<u>(60.626)</u>
	<u>2.275.315</u>	<u>2.143.751</u>

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Editora e o Varejo adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas dos seguros, são assim demonstradas:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Lucros cessantes	50.000	50.000
Incêndio - importância máxima	61.000	61.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima	1.025	1.025

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2015 o Varejo contratou com os bancos Itaú e Santander operações de empréstimo nos termos da Lei 4.131/1962 – repasse Resolução BACEN 3.844/2010, vinculadas a operações de “swap” com variação monetária pelo CDI e taxas de juros pré e pós-fixadas, com o objetivo de consolidação das operações contratadas em 2014 com vencimento no primeiro trimestre de 2015 e adequação das necessidades de capital de giro para o exercício de 2015, promovendo o alongamento dos vencimentos e otimização do fluxo de caixa.

As operações com o banco Itaú foram contratadas em 20 de janeiro de 2015, no montante de R\$235.000, possuem taxa de juros de 109,8% do CDI, vencimento para três anos e amortizações de principal e pagamento de juros trimestrais. As operações com o Santander foram contratadas em 23 de janeiro de 2015, no montante de R\$44.000, possuem variação monetária pelo CDI e taxa de juros de 2,92% a.a. e vencimento para um ano, sem amortizações. As operações com o Itaú e Santander tiveram a Editora como avalista.